

BRINDES, TEXTOS E LIVROS PROIBIDOS: a “conspiração de escravos e franceses” na Buenos Aires colonial ^{1,2}

TOAST, TEXTS AND FORBIDDEN BOOKS: the "slaves and French conspiracy" in colonial Buenos Aires

BRINDES, TEXTOS Y LIBROS PROHIBIDOS: la "conspiración de esclavos y franceses" en Buenos Aires colonial.

MARIA VERÓNICA SECRETO
Doutora/Departamento de História/Nupehc
Universidade Federal Fluminense - UFF
Niterói/Rio de Janeiro/Brasil
veronica.secreto@ig.com.br

Resumo: Em 1793 um grupo de habitantes de Buenos Aires, sobretudo franceses, foram acusados de estarem conspirando junto com seus escravos para tomar a cidade na sexta-feira santa. Do inquérito e dos processos judiciais que foram abertos se evidencia a preocupação das autoridades com as leituras que estes faziam. Este artigo busca recuperar as diferentes formas de circulação e de leitura de textos num período em que o Império Espanhol teve muita preocupação por controlar as notícias que seus vassallos recebiam e as leituras que faziam.

Palavras-chave: Buenos Aires. Leitura. Censura.

Abstract: In 1793 a group of inhabitants of Buenos Aires, especially French, were accused conspiring with their slaves to take over the city on Good Friday. From the investigation and legal proceedings which have been opened shows the concern by the authorities with their readings. This article seeks recover different forms of text circulation and reading at a time when the Spanish Empire had much concern with controlling the news that his vassals received and what they read.

Keywords: Buenos Aires. Reading. Censorship.

Resumen: En 1793, un grupo de habitantes de Buenos Aires, sobretudo franceses, fueron acusados en conspirar junto a sus esclavos para dominar la ciudad el día de Viernes Santo. De la investigación y todos los procesos generados por ese caso, se evidencia la preocupación que las autoridades presentaban con respecto a las lecturas que eran hechas de esos documentos. Este artículo se propone recuperar diferentes formas de circulación y de lecturas de textos en un periodo en que el Imperio Español se preocupaba en controlar las noticias que sus vasallos recibían y cómo eran hechas sus lecturas.

Palabras clave: Buenos Aires. Lectura. Censura.

Al pie de la horca en que fue suspendido su cadáver, un hombre abriéndose paso por entre la apiñada multitud, llegó desalado hasta el pie del suplicio, abrazó con delirio el sangriento madero, lo cubrió de besos, volviendo de vez en cuando hacia el pueblo su rostro cubierto de lágrimas en que se dibujaba un gozo intenso, y derramaba al mismo tiempo en torno suyo monedas de

¹ Artigo submetido à avaliação em 14/09/2014 e aprovado para publicação em 26/10/2014

² Esta pesquisa recebeu financiamento da Faperj.

plata a manos llenas. Este hombre era un francés, a quien Álzaga había dado tormento en 1795. Bartolomé Mitre, Historia de Belgrano, 1947.

El hidalgo fue un sueño de Cervantes
y don Quijote un sueño del hidalgo
El doble sueño los confunde y algo
está pasando que pasó mucho antes
Quijano duerme y sueña. Una batalla:
los mares de Lepanto y la metralla.
Jorge Luis Borges, Sueña Alonso Quijano, em *El oro de los tigres*.

Introdução

Disse David Armitage que provavelmente o processo mais transcendental e também pior compreendido da história moderna seja a longa transição de um mundo integrado por Impérios a um mundo composto por Estados³. Dentro desta grande transformação interessa focar-nos na desintegração do Império Espanhol, na sua longa apocalipse composta por um grande número de eventos de diferente natureza que vão das revoltas indígenas, como a de Tupac Amaru e Tupac Katari, de significativa adesão *criolla*, às contestações “Ilustradas” que emergem em um lado e outro do império,⁴ passando também pelas revoltas mulatas e pardas como a de José Leonardo Chirinos.⁵ Interessa-nos analisar a perda de legitimidade junto com a emergência de novas legitimidades. Para isto analisaremos o caso de uma suposta revolta de um grupo de franceses e seus escravos que habitavam na Buenos Aires *finicolonial*.

As reformas da dinastia Bourbon tinham por finalidade atenuar a crise, mas a aprofundaram e tornou irrefreável. No intento de tampar o sol com as mãos, foi proibida, uma e outra vez, a leitura, a circulação e a posse de livros de conteúdo considerado sedicioso, assim como, os tratados de paz assinados com a França e a Inglaterra. Espanha elaborou longas listas de livros proibidos de ingressar em domínios americanos, ademais dos livros proibidos na península. As reais cédulas proibitórias sucederam-se reiterando antigas interdições e agregando outras. Buscava-se de toda forma impedir nas Américas o ingresso de notícias da Europa. Primeiro da Guerra dos

³ ARMITAGE, David. La primera crisis Atlántica: la revolución americana. 2010. Disponível em: <<http://www.20-10historia.com/articulo5.phtml>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

⁴ Talvez o movimento mais claramente antimonárquico e republicano seja o de La Guaira (Nova Granada) de 1797. REY, Juan Carlos Rey et al. *Gual y España: la independencia frustrada*. Caracas: Fundación Empresas Polar, 2008.

⁵ APPIAH, Kwame Anthony; GATES JR., Henry Louis. *Africana: the encyclopedia of the African and African American Experience*. New York: Oxford University Press, 2005. p. 63.

Sete Anos, depois da Revolução Francesa e posteriormente da guerra que travava uma coalisão de monarquias europeias contra a França revolucionária. Buscava-se também frear o ingresso de “ideias” em sua forma mais evidente, os livros.

A dimensão oceânica do Império Espanhol e, sobretudo, as relações atlânticas das possessões americanas ficaram mais claramente definidas na segunda metade do século XVIII.⁶ Se até aí o problema “atlântico” tinha se mostrado mais como um problema pela manutenção do monopólio comercial e controle e repressão ao contrabando, a partir da segunda metade do século XVIII, demarcando o início deste período com a Guerra dos Sete Anos, o controle do Atlântico foi muito mais complexo nos seus múltiplos flancos. Implicou, entre outras questões, o esforço por conter e isolar territorialmente determinadas transformações do mundo hispano e extra-hispano. A guerra travada no Haiti entre os escravos e seus senhores, primeiro, e entre os escravos e os ingleses, franceses e espanhóis, depois, foi um dos eventos que tentaram isolar, com escasso sucesso.⁷ O controle sobre a circulação das ideias, dos textos e das pessoas tornou-se essencial à manutenção do império.

As conexões atlânticas da crise do antigo regime são analisadas e vozeadas há muito tempo. Ainda quando se pensava que estas estavam predominantemente ligadas ao constitucionalismo norte-americano. Como diz Benton, hoje em dia diferentes estudos apontam para diversos origens e vertentes das ideias políticas presentes na crise do Antigo Regime.⁸ Tema que se apresenta modelar para pensar a questão das circulações e as potencialidades de uma história conectada, Atlântica e em alguma medida global, como veremos a seguir.

História comparada, histórias conectadas, histórias integradas

A história comparada apresentou-se nas primeiras décadas do século XX como a possibilidade de tornar as conclusões históricas mais abrangentes. Em 1928 apareceu um artigo de Marc Bloch na *Revue de Synthèse Historique* que se converteu

⁶GRUZINSKI, Serge. Les mondes mêlés de la Monarchie catholique et autres “connected histories”. *Annales : Histoire, Sciences Sociales*, v.56, n. 1, 2001. p. 85-117.

⁷RIPOLL, Maria Dolores González et al. *El rumor de Haiti en Cuba: temor, raza y rebeldía, 1789-1844*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2004; GÓMEZ, Alejandro E. La Revolución Haitiana y la Tierra Firme hispana, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/index211.html>>. Acesso em: 26 set. 2008.

⁸BENTON, Lauren. Una soberanía extraña: la Provincia Oriental en el mundo atlántico. *20/10*, México. Disponível em : <<http://www.20-10historia.com/articulo5.phtml>>. Acesso em: 3 fev. 2014.

em referência para aqueles que refletiram sobre a história comparada.⁹ Bloch propunha estudar paralelamente sociedades vizinhas e contemporâneas, constantemente influenciadas de forma recíproca, sujeitas, pela sua proximidade, às mesmas grandes determinações. Isto formava parte de um programa que ele mesmo começou a realizar a partir do estudo da sociedade feudal. Nancy L. Green, sem deixar de reconhecer o impacto deste artigo, salienta que foi François Simiand o primeiro defensor do método comparativo. Simiand escreveu em 1903 um artigo intitulado “Méthode historique et sciences sociales”, no qual apresentava o método comparativo como o fim de um dos principais males da historiografia, o particularismo, e o método comparativo possibilitaria a superação dos nacionalismos. Este método permitiria a pesquisa científica das regularidades e, desta forma, a história deixaria de ser descritiva para ser explicativa. Depois da primeira Guerra Mundial, e no contexto do primeiro congresso de ciências históricas (1923), Henri Pirenne chamou a atenção para os efeitos negativos do romantismo e do nacionalismo do século XIX e insistiu na história comparada como meio de construir sínteses científicas. Este tema voltaria à tona depois da segunda Guerra Mundial. Mas o artigo de Marc Bloch, e as propostas de Simiand e Pirenne não fizeram escola, no sentido de inspirar uma historiografia comparativa, de ter “discípulos” que seguiram suas recomendações.

Quando em 1997 Sanjay Subramayan publicou “Connected Histories: Notes Towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia”, tinha passado muito tempo da proposta de uma história comparada de Marc Bloch.¹⁰ No entretanto, a historiografia francesa tinha protagonizado alguns grandes empreendimentos de superação do marco da história nacional como os de Jacques Godechot (*Histoire Atlantique*, 1947), Pierre Chaunu (*Les Philippines et le Pacifique des Ibériques*, 1960 e em coautoria com sua esposa Huguette, *Séville et l'Atlantique (1504-1650)*, 1955-1960),¹¹ e claro, o de Fernand Braudel (*O Mediterrâneo*, 1966). Mas o texto de Subramayan apareceu em outro contexto e a proposta de uma historiografia que levasse em conta as “conexões” nos processos históricos em espaços e/ou tempos amplos foi bem acolhida tanto por uma historiografia em diálogo com a antropologia, como pela história política e a

⁹BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. In : _____. *Mélanges historiques*, Tome 1. Paris : SEVPEN., 1963.

¹⁰Coloco Sanjay Subramayan dentro da tradição francesa porque este é um dos diálogos que ele privilegia.

¹¹CHAUNU, Huguette ; CHAUNU, Pierre. *Séville et l'Atlantique (1504-1650)*. Paris : SEVPEN, 1955-1960. v. 12; Id. *Les Philippines et le Pacifique des Ibériques*. Paris : SEVPEN, 1960-1966. v. 2.

chamada história das “elites”, entre outras. Os impérios foram analisados a partir desta perspectiva de intersecções, de homogeneidade e heterogeneidades. Por outra parte, a História conectada permite manter a dimensão subjetiva, pessoal e individual que a historiografia tem abraçado há algumas décadas.¹² Assim, é possível fazer a história de um império tendo como fio condutor um indivíduo, ou um conjunto de administradores, comerciantes, etc.

Na última década tem havido um esforço por incluir *o outro* na historiografia isto implicou em uma mudança de “ponto de vista”. A proposta de uma história comparada recíproca, conferindo a mesma dignidade aos dois universos observados¹³ constitui-se em um desafio para os historiadores. Há passado o tempo de uma história da expansão ocidental do ponto de vista expansionista ou civilizatório e os historiadores debruçam-se sobre desafios como o de entender as múltiplas relações e influências nos processos coloniais. É o caso do livro de Romain Bertrand, que assumiu a tarefa de escrever uma história simétrica do encontro entre Oriente e Ocidente, a partir do exemplo de Java, uma história em partes iguais.¹⁴ Estas novas visões do mundo e de sua história estão relacionadas com a circulação dos próprios pesquisadores, ao processo de descolonização iniciado na década de 1960 e às migrações entre as ex-colônias e as ex-metrópoles e às “políticas” de globalização pós 1989. Disse Bailyn que, em parte, as novas interpretações sobre o mundo atlântico devem-se a vida acadêmica ser muito mais cosmopolita. Vejamos um dos exemplos que ele coloca: Pocock é um neozelandês educado em Inglaterra que há ensinado em toda sua vida nos Estados Unidos.¹⁵ Acompanhando seu raciocínio, podemos dizer que Sanjay Subramayan é um indiano que há estudado e ensinado na Índia, nos Estados Unidos e na França. Mas o “otimismo” de Bailyn esconde que, apesar da academia ser mais cosmopolita do que nunca, é evidente que o lugar da enunciação continua a ser o que reconhece um centro enunciador legitimado. Quero dizer que o lugar das falas autorizadas continua a estar vinculado com um centro e este centro está nas instituições do hemisfério Norte.

¹²SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Vasco de Gama : légende et tribulations du vice-roi des Indes*. Paris : Alma Editeur, 2012.

¹³POMERANZ, Kenneth. *The great divergence: China, Europe, and the making of the modern world economy*. Princeton. N.J.: Princeton University Press, 2000.

¹⁴Com o propósito de produzir uma história simétrica do encontro entre Oriente e Ocidente, a partir do exemplo de Java, Romain Bertrand escreveu *L'Histoire à parts égales : récits d'une rencontre Orient-Occident (XVIe-XVIIe siècle)*, Seuil, 2011.

¹⁵BAILYN, Bernard. La idea de una historia atlántica. *Entrepasados. Revista de Historia*, v. 12, n.23, 2002.

As chamadas “revoluções atlânticas” desde muito cedo deram lugar a interpretações e enfoques que prestaram atenção a marcos mais gerais e a contextos internacionais. A própria denominação de “revoluções atlânticas” buscava definir uma área de profusão de ideias, pessoas e recursos e interligar uma série de movimentos e reações. Nas primeiras interpretações desse “atlantismo”, havia um desequilíbrio entre as partes oriental e ocidental, norte e sul. Tratava-se de uma perspectiva em que as revoluções hispano-americanas eram resultado das ideias da ilustração europeia coadunadas com o constitucionalismo norte-americano. A circulação, neste caso, era de mão-única.¹⁶ Como em decorrência das “revoluções atlânticas” surgiram os estados nacionais, e outra das tendências no estudo dessas revoluções foi a escrita de uma história nacional fixada nas peculiaridades e singularidades.

O caso que vamos analisar neste artigo – o da “*sublevación intentada hacer por negros y franceses en esta capital de Buenos Ayres*”¹⁷ como foi chamada por seu investigador em 1795 – permite-nos reconstruir um mundo de conexões e relações no atlântico e na América, incluindo sua costa pacífica, evidenciando espaços e conexões, frequentemente marginalizadas nas análises.

Brindes, leituras, leitores, conspiradores

Em 1795 a pacata cidade de Buenos Aires viu-se comovida por uma série de pasquines que festejavam os eventos franceses. Um destes pasquins anunciava “viva a liberdade”. Estas três palavras poderiam ter significados diversos, mas não para aquele público de 1795. “Viva a liberdade”, evidentemente, referia-se à *liberté* e esta desafiava a autoridade espanhola. Espanha estava em guerra desde 1793 com a França. Ainda quando, em meados de 1795, se assinou a paz em Basileia, as desconfianças continuaram. Ante os olhos das autoridades os cidadãos franceses eram suspeitos de conspirarem junto a seus escravos.¹⁸

¹⁶ Um exemplo claro neste sentido o constitui GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: Encuentro, 2009; e no sentido contrário o de ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

¹⁷ AGN, 1795, Sala IX, 36-1-5 Tribunales.

¹⁸ Somente a modo de exemplo citamos duas *reales cédulas*: Real Cedula de S. M. y señores del Consejo, en que conforme a las expedidas prohibiendo la introduccion en estos Reynos del de Francia, de papeles sediciosos y contrarios á la tranquilidad pública, se prescribe el método de examinarse los libros y papeles que llegan á las Aduanas. Madrid: Imp. Viuda de Marin, 1792. Real Cedula de S. M. y señores del Consejo, en que se prohíbe la venta de los Tratados de la Paz ajustada con la Francia, que no se hayan impreso en la Real Imprenta de Madrid, y tambien su reimpression y la de qualesquiera otros papeles ú

Segundo o recenseamento de 1778, Buenos Aires tinha 24.083 habitantes. A maior parte era branco, embora a população negra crescia à medida que o tráfico se intensificava. Segundo Ch. R. de la Croix-Riche Chanet, no final do século XVIII é possível listar 164 franceses em Buenos Aires.¹⁹ O Pacto de Família assinado em 1761 entre os reis da Espanha, França e Parma (os três reis eram da casa Bourbon), para fazer frente ao Reino Unido da Grã Bretanha, tinha aproximado as coroas e incentivado uma reduzida migração de franceses para os domínios espanhóis. A segunda metade do século XVIII também se caracterizou por uma importante imigração de peninsulares para o Rio da Prata,²⁰ recrutados e inseridos nos mesmos setores sociais que os franceses: nos setores meios e baixos das sociedades de origem e destino.

A Buenos Aires colonial tinha formas de sociabilização variadas. Os espaços domésticos constituíam um dos principais. As *pulperías*, praças, mercados, *canchas de bochas*, *tambos* foram espaços abertos ao público, nos quais as pessoas se encontravam diariamente e intercambiavam bens simbólicos e materiais. Estes espaços foram bastante vigiados e regulamentados pelas autoridades coloniais, não obstante acautelamento da administração, muitas coisas fugiam aos controles. O que se evidencia na constante reiteração de editos insistindo em normativas idênticas ou semelhantes sobre os usos e comportamento esperados nesses espaços públicos.

Nos primeiros meses do ano de 1795 apareceram em lugares que habitualmente eram utilizados para esse fim, pasquins favoráveis à república francesa.²¹ De imediato, pelo mesmo meio, o vice-rei foi avisado de um suposto complot que os franceses estariam tramando junto com seus escravos.

Si los franceses no apresas
 en todo tu virreinato
 serás el más insensato
 y sonaras en gacetas
 mira que hay distintas sectas
 entre esta indigna nación
 teme una sublevación
 entre ellos, y los esclavos
 que estos unidos y hablados

obras que se manden imprimir por S.M., á no preceder su soberano consentimiento. Segovia: Imp de Espinosa, 1796.

¹⁹ CROIX-RICHE CHANET, Ch. R. de la. *Franceses en el Río de la Plata y el Atlántico Sur (1526-1876)*, Buenos Aires: Mega Libros, 2004.

²⁰ PÉREZ, Mariana A. En busca de mejor fortuna. Movilidad ocupacional y espacial de los inmigrantes españoles pobres en el Buenos Aires tardo-colonial, *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani*, n. 32, Buenos Aires ene./jun. 2010.

²¹ Para uma apresentação geral do tema ver: SECRETO, Maria Veronica. “Sediciosa Buenos Aires: o complot de escravos e franceses no Rio da Prata, 1795”. *Historia Unisinos*, v.17, 2013. p.146 - 157.

ay de ti y de tu nación.²²

O rumor nas ruas e casas de Buenos Aires aumentava dia-a-dia e esse buchicho dizia que alguns habitantes da cidade reuniam-se e faziam brindes pela França, pela Revolução e pela República. Os boatos ganharam aparência de indícios quando o escravo do senhor Dumont foi levado a prisão e interrogado pelo Alcaide de Primer Voto. O escravo confirmou aquilo que o Alcaide já tinha escutado: que Dumont e outros conterrâneos reuniam-se em “merendonas”²³ nas quais comiam abundantemente e brindavam pela França; que uma vez que levou um bilhete ao domicílio do outro cidadão francês, foi-lhe perguntado se sabia usar armas; que sabia que para Semana Santa pensavam tomar a cidade por assalto.

No longo processo judicial e seus desdobramentos (os outros processos dos mais de 10 implicados) insistir-se-á em comprovar as acusações. Mas para tal era necessário, ademais das declarações, alguma prova circunstancial, alguma materialidade: as armas, as cartas, os planos, os livros proibidos, algo em que o alcaide pudesse sustentar a hipótese de conspiração.

O escravo foi feito prisioneiro no dia 8 de março de 1795 e, nas primeiras horas após sua prisão, o alcaide mandou realizar todas as prisões dos implicados em seu depoimento: o próprio padeiro Luis Dumont, Antonio, o relojero, Andres, o alfaiate, Juan, o manco, de ofício taberneiro e Juan Gallardo, padeiro que morava em casa do seu patrão. O escravo disse que os outros que frequentavam essas juntas de franceses só conhecia por tê-los visto lá, mas não sabia seus nomes. Embora também mencionou o encarregado da quinta do Conde Santiago de Liniers,²⁴ Carlos José Bloud.

²² Sublevación intentada hacer por negros y franceses en esta capital de Buenos Ayres (AGN, 1795, Sala IX, 36-1-5, Tribunales).

²³ O dicionário de 1734 define merienda como “la comida que se hacía al medio día en corta cantidad, esperando comer de propósito a la cena; pero hoy regularmente se toma por la comida que se hace por la tarde antes de la cena. Sale del Latino *Merenda, ae*, que significa lo mismo.” O mesmo dicionário define *merendona* como **uma merenda esplêndida e abundante**. *Diccionario de la lengua castellana*, em que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las frases o modos de hablar, los proverbios o refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua, Tomo IV, 1734.

²⁴ Santiago de Liniers nasceu na França, nobre, destacou-se como funcionário da coroa espanhola. Teve um papel relevante na defesa de Buenos Aires durante as invasões inglesas (1806-1807) pelo que foi escolhido vice-rei do Rio da Prata. Foi beneficiado pelo Terceiro Pacto de Família (1761) que permitiu que franceses participassem de empresas militares espanholas. Chegou a capitão de navio da esquadra espanhola, a comandante general de armas de Buenos Aires e a vice-rei do Rio da Prata. Depois da invasão napoleônica a Espanha, Liniers foi destituído do cargo de vice-rei, sua nacionalidade francesa o tornava suspeito. Em seu “exílio” em Alta Gracia, Córbova, recebeu as notícias da constituição da Primeira Junta de Governo em Buenos Aires, leal ao rei opôs-se a este primeiro governo revolucionário e foi fuzilado.

Foi na quinta de Liniers que o alcaide acompanhado do assessor do julgado, do escrevente e de soldados fez a prisão de Carlos José Bloud, que com pretexto de ter que ir ao “lugar comum” tentou jogar uns papeis, de onde foram resgatados e levados ao juizado junto com Carlos José Bloud, sua mulher e o cozinheiro. Os papeis foram destinados à tradução já que estavam em francês. Este conjunto de papeis criou grande expectativa no alcaide.

O interrogatório e as respostas servem para entender um pouco sobre as práticas de leituras, para além das possibilidades de tratar-se de leituras proibidas.

Duas são as principais peças que compõem as “provas” contra Bloud. Uma linha manuscrita em espanhol no final da *História de Telémaco e Ulisses* e outro manuscrito em francês em papel desgastado pelo manuseio. Interrogado a respeito de ambos textos, Bloud disse que as linhas escritas no final da *História de Telémaco e Ulisses* eram a transcrição de um livro de cartas que estava no seu quarto, o qual tinha sido emprestado pelo conde Santiago de Liniers.²⁵ Mas essas linhas manuscritas pareceram muito suspeitas ao alcaide e transformam-se na evidência mais clara de que havia outros implicados de importância no complot. Que outra coisa poderia significar: “temos assegurado nosso assunto, querido visconde, sairemos para ... o dia primeiro de abril. Nada digo a vossa mercê do importante que é guardar o consabido segredo”?

Sobre o outro papel disse tratar-se do texto da jura de Luiz XVI e que conservava consigo fazia cinco anos, tendo no meio tempo transcrito ele uma vez para melhor conservá-lo porque o original trazido da França tinha-se rasgado.

Na tradução feita por José Carlos Bloud lê-se:

“A Rochefort a seis de abril de mil setecientos noventa
Luis XVI dentro de nuestros corazones
Nosotros preferimos la muerte a la esclavitud
Aquí nos juntamos al más puro patriotismo
Unión de dos orillas de la Charente (que es un río)
Seremos siempre soldados ciudadanos y ciudadanos soldados
La unión nos rinde invencibles
La justicia por todo
Juremos por la cosa que nos junta constancia y fidelidad
Rio de la Charente cuente vnc aquellos patriotas que habitan las dos orillas
Altar a la fraternidad

²⁵ Os processos abordados aqui são ricos em informações sobre as práticas de leituras. Ernesto Mader nos lembra que entre 1782 e 1810 somente se encontram documentados 15 processos contra leitores e usuários de livros proibidos. Destes processos um corresponde a Buenos Aires e outro a Mendoza. Tanto uma como outra estava dentro da jurisdição do tribunal inquisitorial de Lima. MAEDER, Ernesto. “Libros, bibliotecas, control de lecturas e imprentas rioplatenses en los siglos XVI al XVIII” *Teología*, n. 77, 1. sem. 2001. p. 18.

Vivir libre o morir
 La fuerza nace de la unión
 Todo príncipe sea propicio a las promesas que nosotros formemos aquí.
 De la vil cuna es la unión, la Francia llega a la edad de la razón.
 La aristocracia juzgue aquí de nuestras fuerzas.”

Deste texto o processo apresenta-nos três versões: o original em francês, uma tradução feita pelo implicado e outra de um “perito”.

Santiago de Liniers tinha enviado ao cabildo um ofício dizendo que não tinha emprestado a Bloud os três tomos de escritura de cartas, mas emprestara outros livros: uma obra do Conde de Valmont;²⁶ *Introducción de la vida devota* de São Francisco de Sales e *Actos de los mártires*. Chamado a careação, Liniers afirmou que emprestou *Carta sobre a educação* de madame de Gelis,²⁷ traduzido por Barnardo Mario de Calzada. Talvez este fosse o livro que Bloud “confundira” com o da escrita de cartas ou talvez Liniers pensou que o tribunal poderia aceitar como sendo aquele. Pode observar-se que a lista de livros que deu Liniers ao alcaide era irrepreensível. Embora circulavam em Buenos Aires livros proibidos e a biblioteca de Santiago de Liniers era uma das que contava com eles. Na época do seu fuzilamento, em 1810, sua biblioteca tinha 435 livros.²⁸

Os dois textos sobre os que Bloud deve prestar esclarecimentos são “textos intervindos”. A *História de Telémaco e Ulisses* aparece com um parágrafo manuscrito, talvez transcrição de um outro livro, o que trataria da escrita de cartas ou um trecho de uma das cartas do livro de Madame Gelis. O outro texto, o transcrito acima, evidencia a necessidade da escrita, da transcrição para lembrar uma “função tão particular” como a de juramento de obediência ao Rei e à Lei. Embora, como disse o alcaide, trata-se mais de uma limitação ao poder do rei. O alcaide não poupa adjetivos para esse “papel” que conteria as “detestáveis máximas dos rebeldes... dirigidas a fazer valer a Assembleia e a Constituição”. Pergunta e interroga ao declarante dizendo: como tem querido persuadir esse tribunal de ter permanecido realista conservando esse papel que é prova da repressão da autoridade do soberano, da exaltação da Assembleia e da Constituição, sob

²⁶ Provavelmente: GÉRARD, Philippe Louis. *Triunfos de la verdadera religion, contra los extravios de la razon, en el Conde de Valmont*. Murga: Oficina de Manuel Muñiz, 1793.

²⁷ GENLIS, Stéphanie Félicité Ducrest de Saint-Aubin., *Adela y Teodoro, ó Cartas sobre la educación*: Joachin Ibarra Impresor de S. M., Madrid, 1795. Efetivamente se trata de uma das cartas que compõe o livro de Madame Genlis. Na edição recente em inglês pode ler-se: “Our affair, my dear Viscount, is settled; we set for L- on the first of April. It is needless to recommend caution to you who know all my reasons for wishing to have this secret kept faithfully...” Adelaide and Theodore, Pickering & Chotto Publishers, 2007, p.422.

²⁸ MAEDER, op. cit. O fuzilamento de Santiago de Liniers em 1810 respondeu à acusação de contrarrevolucionário.

o aparente véu de reunião e de patriotismo. Ao que Bloud respondeu simplesmente que conservou o papel achando que não contivesse nada mau e não por não ser realista.

É claro que a resposta do interrogado não convenceu o Alcaide. Bloud deveu responder ainda pelo conteúdo da correspondência pessoal que manteve com sua esposa que tinha ficado em Cádiz e com seu patrão, Santiago de Liniers, sobre questões administrativas da quinta e da fábrica de pastilhas de concentrado de carne.²⁹ A tradução dessas cartas voltou a encher de esperanças ao senhor alcaide que tinha lido com muita atenção tentando deduzir o que não estava explícito.

Por trás do zelo do alcaide havia interesses pessoais. O 4 de março de 1795, em meio à pesquisa, Santiago de Liniers tinha conseguido uma Real Ordem, que vinha pleiteando com antecedência, que o autorizava ao comércio de frutos coloniais, o que abria o tráfico mercantil com colônias estrangeiras. Este era outro motivo para ser odiado por Martín de Álzaga, que ademais do alcaide era um dos principais comerciantes monopolistas de Buenos Aires.³⁰

Como Bloud e Liniers fizeram a travessia atlântica, e no caso de Liniers em mais de uma oportunidade, em condição de oficial da marinha, a figura de um dos implicados, Juan Bourrinne, constitui-se no paradigma das “conexões” por excelência. Natural de Ruão, filho de um fabricante, viajou muito jovem para Bourdeaux e daí para Paris, Londres, Philadelphia, Charleston, Caiena, Cabo Francês, Cuba, México, Lima, Buenos Aires e Montevideo. Nesta última foi realizada sua prisão. Ficou alguns meses em todos esses lugares e poucas vezes superando o ano. Tinha aprendido o ofício de cabelereiro de mulher em Paris, declarando que com os ganhos do exercício deste ofício manteve-se em cada lugar onde se assentou. Do México tinha viajado para Lima com Dom Josef de la Riva que exerceria em Lima o cargo de superintendente da Casa da Moeda. Bourrinne o serviria como moço de câmara ou valet. Ficou em Lima nesta condição por quatorze meses e depois viajou para Buenos Aires junto com outro patricio seu, Bernardo Bori, camareiro do Sr. Vice-rei de Lima.

Bourrinne tinha sido preso em Montevideo de onde planejava viajar a Londres e Bori em Lima, para onde havia regressado. Em 1794, o governador

²⁹ O estabelecimento que administrava Bloud era uma quinta em que existia uma fábrica de concentrados de carne, daí a nome de fábrica de pastilhas, uma espécie de antecedente dos caldos em cubinhos. Estes concentrados seriam importantes para prever o escorbuto nas viagens marítimas de muitas semanas de duração. MOLINARI, José Luis. *La Real Fábrica de Pastillas de los hermanos Liniers*. Buenos Aires: José Maggiolo, 1959.

³⁰ VAZQUEZ RIAL, Horacio. *El conde de Liniers*. Madri: Encuentro, 2012, p.

intendente de Potosí, Frey Francisco Gil, tinha formado uma causa contra vários franceses residentes em Lima. No processo aparece parte das instruções que mandou realizar dito governador naquela ocasião. Nestas, o presidente do calabouço de Valdivia disse que um dos presos, Albamora, teria comentado que quando o juiz fez a requisição de papeis na sua apreensão não encontrou, nem poderia ter encontrado, as traduções de textos em francês que ele tinha remetido para Pasco, Potosí e outras partes, ficando para trás somente um papel que lhe entregou um moço de câmara cabelereiro francês. Tratava-se, provavelmente, do *Discours du Roi a l'Assemblée Nationale*, de 1791.

Sobre a relação dele com o texto em questão e com Alzamora, Bourrinne disse que conheceu este sujeito com motivo de comer juntos numa taverna e de ter ido algumas vezes ao palácio do senhor vice-rei a ensinar-lhe o espanhol (sic). Sobre o texto em questão, disse que Dom. Manuel del Villar, oficial real de Lima, trouxe um livro em francês que continha a fala de Luiz XVI, rei da França, à Assembleia. Como o livro fosse trazido pelo sobrinho do vice-rei com intenção de ser traduzido, não achou errado dá-lo a Alzamora para esse fim. Mediando a transação, devolveu o livro e a tradução para o sobrinho do vice-rei e entregou quatro pesos pelo serviço a Alzamora.

A pesar de que o processo não consegue provar nada contra Borienne nem contra os outros implicados, fica difícil não pensar nele como um propagandista. As estadias curtas em cada lugar, o percurso americanista pelos Estados Unidos e as colônias inglesas, francesas e espanholas, a mediação na tradução, etc.

Como mencionamos, no início da revolução francesa, Espanha providenciou mecanismos para que as notícias e ideias não atravessassem primeiro os Pirineus e depois o oceano. Mas alguns livros sortearam tão rápido a fronteira que foram incluídos no edito proibitório de 13 de dezembro de 1789. Pelo temor de que a literatura revolucionária chegasse às colônias, a Suprema Inquisição enviou ordens para que a Inquisição mexicana publicasse os editos de 1789 e 1790, e embora tenha sido feito, o vice-rei manifestou o quanto isto se opunha aos seus planos de manter os acontecimentos franceses no maior secreto.³¹

Os efeitos multiplicadores de cada livro ou impresso ingressado nas Américas é incalculável, embora seja possível rastrear alguns caminhos seguidos, como o do Discurso do rei traduzido em Lima, que em forma manuscrita seguiu para o interior, para as cidades de Potosí, Pasco e pela costa pacífica em direção ao norte para

³¹ GÓMEZ ALVAREZ, Cristina; TOVAR DE TERESA, Guillermo. *Censura y revolución. Libros prohibidos por la inquisición de México (1790-1819)*. México: Trama Editorial, 2009. p. 39-40.

as cidades de Trujillo e Lambayeque. Podemos supor, que com Borienne e Bori uma das cópias tenha chegado até Buenos Aires. Em Salta, Dom José Díaz y Araoz escrevia para V. A. Echeverría, em maio de 1793, que o testamento de Luiz XVI andava impresso na Gazeta e que não remetia para seu correspondente porque supunha que ele já teria acesso a este.³²

Os habitantes de Buenos Aires de nacionalidade francesa estavam interessados nas notícias sobre os acontecimentos franceses. As formas como estes obtinham as notícias foram das mais variadas: a compra de gazetas foi uma delas, ainda aquelas que estavam proibidas; também na correspondência particular costumava conter notícias políticas a até libelos e textos. E claro, como todas as outras mercadorias, pela via do contrabando.

O comerciante Juan Barbarin, um dos indiciados tinha comprado, junto com outros dois sujeitos, um pacote de gazetas com notícias da Espanha. Nestas gazetas noticiava-se a morte do rei Luiz XVI. Barbarin não foi arrolado pelo escravo Pedro como frequentador das “merendonas e brindes”, ele foi implicado por outras testemunhas que teriam escutado de sua boca a afirmação de que se os franceses mataram seu rei alguns motivos teriam para isso. Esta declaração antimonárquica o comprometeu e fez parecer todos seus comportamentos suspeitos. Barbarin tinha trato com os negros da confraria de São Benito de Palermo da qual era tesoureiro. Em sua condição de comerciante era encarregado de reduzir a dinheiro as esmolas que aqueles recebiam em forma de mercadorias. Por esse motivo, sua loja era visitada diariamente pelos negros. Também tinha um escravo ao qual estava ensinando a escrever, pagando para isto um professor, francês também, a razão de 4 pesos mensais. Isto pareceu muito comprometedor ao Alcaide Álzaga. De alguma forma ia ao encontro de sua ideia de que os franceses acertados com os negros e escravos pensavam tomar a cidade.

Anos antes o vice-rei tinha promulgado um edito de proibição do ingresso de escravos de possessões francesas, temendo o “haitianismo”. O fantasma que rondava o Atlântico era o do republicanismo francês aunado a um “republicanismo negro”. Lembremos que em 1793 o oficial francês Sonthonax tinha chegado ao Haiti e proclamado a liberdade dos escravos. Toussaint seria uma liderança decisiva para vencer os ingleses e espanhóis na ilha e para a retomada do domínio francês. De Santo Domingo saiam notícias sobre essa aliança republicana entre os ex-escravos e a

³² CROIX-RICHE CHANET, Ch. R. de la, op. cit., p.191.

república francesa. Na longínqua Buenos Aires pareceu que os franceses levantariam os escravos e negros contra o domínio espanhol. Assim o fato de que Barbarin instruisse seu escravo era percebido como algum tipo de “igualitarismo” letrado. Uma testemunha chegou a levantar a hipótese de que ele tratava tão bem seu escravo para seduzir os outros da confraria para sua causa. O escravo Manuel foi interrogado sobre se havia lido gazetas provenientes do exterior. Ao que respondeu que somente quando estavam sobre o balcão. A pergunta seguinte evidência a relação que o alcaide fazia entre leitura e “subverção” da ordem. De imediato foi perguntado se seu senhor tinha indicado algum momento para o deixar livre. Álzaga buscava com esta resposta a confirmação de que o escravo seria libertado depois da revolta. Mas a resposta foi uma bastante frequente: seu senhor o deixaria livre em caso de viajar para Europa definitivamente ou em testamento. No seu depoimento acrescentou que seu senhor comprava as gazetas quando estas chegavam em Buenos Aires, mas que se alguém pedia emprestado não emprestava e o máximo que fazia era ler para quem lhe pedisse. Sobre as leituras realizadas por seu escravo, Barbarin declarou que acostumava fazer-lhe ler o livro do Frade Luiz de Granada e outros devocionais, mas não gazetas.

Nos primeiros dias do inquérito, boatos e delações apareceram a todo momento e os bons súditos do rei surgiam aqui e acolá com algum pedaço da colcha de retalhos que o alcaide queria costurar. Os próprios pasquins da denúncia são uma prova disso; mas na medida em que o alcaide investigava, novos depoimentos apareciam. Pedro Muñoz, peneirador de farinha da padaria de outro francês, Juan Antonio Grimau, foi um desses “súditos obedientes”. O depoimento dele se baseia no que escutou relatar um peão da padaria. Este último teria visto seu patrão jogar no fogo do forno dois livros escritos em francês. E embora o peão tivesse pedido para ficar com os livros, o padeiro preferiu jogar no fogo e ficar sentado esperando ver transformar-se em cinzas. Quando Grimau foi intimado, declarou que um dos livros era um livro proibido, o livro de Bolter (sic) e o outro um livro de como preparar licores, mas que embora este não despertasse suspeitas, decidiu jogar os dois por estarem em francês. Ambos os livros e outros papéis que ele queimou naquela oportunidade estavam com ele pelo menos há dezessete anos, na época em que seu amigo Pedro Carron o nomeou seu executor. Isto tinha acontecido em Manila, onde o amigo morreu. Desde então preservava os livros e os papéis.

Diaz, um Quixote correntino.

Em 1531 a rainha Isabel proibiu que chegassem às Índias livros profanos. A Casa de Contratação em Sevilha passou a estar autorizada para vigiar o cumprimento desta disposição. Em 1536 e 1543 voltou-se a reiterar a interdição, lembrando que os índios não estavam preparados para ler “historias mentirosas”. As ordens reais sustentavam-se na crença de que os índios não teriam discernimento para diferenciar o ficcional do real, nem o profano do sagrado. Assim, naquele século XVI, em que os romances de cavalaria faziam sucesso entre todas as classes da Espanha, Portugal e França, principalmente, temeu-se que as aventuras protagonizadas por cavaleiros destemidos, de origem nobre, bastarda ou “desconhecida”, que enfrentavam diferentes desafios, auxiliados muitas vezes por magos, influíssem no entendimento dos índios. Por isso, recomendava-se para estes a leitura de textos sagrados ou sobre a coisa sagrada. Não obstante estas proibições que vigoraram até a independência da América, os textos “ficcionais” em línguas romances passaram à América sem muito empecilho. O próprio *Dom Quixote (El ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha* de Miguel de Cervantes Saavedra) que tinha sido publicado em Madri em 1605, chegou nesse mesmo ano a México e a Lima. O vice-rei do Peru recebeu um exemplar no seu leito de morte em dezembro de 1605, enviado por um amigo do México com grandes recomendações para sua leitura. Meses depois, em março de 1606, chegaram mais seis exemplares em um barco proveniente da Espanha ao porto do Callao com destino a Lima.³³

Todos sabemos que Dom Alonso Quijano enlouqueceu de tanto ler romances de cavalaria e que esta experiência o transformou em Dom Quixote. Talvez a rainha temesse que acontecesse o mesmo com os índios se lessem romances de cavalaria. Claro, que no caso de Alonso Quijano não foi por falta de discernimento. Mas este argumento da nocividade de algumas leituras para “pessoas frágeis”, facilmente influenciáveis foi utilizado pelo advogado Mariano Pérez Saraiva para defender um dos acusados da conspiração, José Díaz Moreno. José Díaz foi um dos implicados na conspiração e nas pesquisas do alcaide Martín de Álzaga. Ademais dos franceses e escravos, houve um punhado de outros acusados: um italiano, Santiago Antonini; um sardo, Juan Polívio; um *criollo* natural de Corrientes, José Díaz; um alfaiate natural de Buenos Aires, Manuel Sustaeta e outros, incluindo mulheres como Maria Reyes e a mulata Maria Cecilia Molina.

³³ RODRIGUEZ MARÍN, Francisco. *El Quijote y Don Quijote en América*. Madri: Librería de los sucesores de Hernando, 1941. p. 23-24.

O advogado Mariano Pérez Saraiva foi quem assumiu a defesa de vários dos implicados e arguiu a respeito de José Díaz que era: “Um homem sem discrição, sem tino, que toda sua conversa é uma novela, uma fábula forjada em uma fantasia”.³⁴

O advogado depois de analisar os depoimentos das testemunhas afirmou que estas não possam ser tratadas como réis, nem traidoras por causa de seus depoimentos, tampouco podem ser levadas a sério já que elas não acreditavam como real e verdadeiro o plano de sublevação a que se referia José Díaz Moreno: “mas que julgavam como obra das muitas necessidades, desatinos e propriamente loucura de seu fluxo desconcertado de falar e de seu gênio viciado em sonhos e manias e o procuravam e incitavam para passar o tempo a custas de sua irritação e burla”. Esta personalidade que não sabia lidar com o real era fruto dos romances:

Não se ocultam à ilustração do julgamento as impressões tenazes no vulgo de Portugal e França as insulsas profecias do sapateiro Bandarra³⁵ e de Nostradamus. Quantas necessidades tem influído as fábulas das gazetas, as novelas e as superstições, não somente nos vulgares insensatos (...) Este infeliz ignorante falador presume ter lido várias histórias, romances e fabulas, sem ordem nem método, sem reflexão.

Estas miscelâneas de notícias podem ter ficado impressas na sua fantasia, explica o advogado, os sucessos das Vésperas Sicilianas da Conjuração de Juan Prochita contra os franceses de 1282,³⁶ os acontecimentos da revolução acontecida 19 anos antes no Peru e as turbações dos escravos acontecidas em Buenos Aires durante o governo de Salcedo e de todas estas ter feito uma própria elaboração fantástica de uma revolta que aconteceria em Buenos Aires.

Todos os eventos mencionados antes, permitiram ao advogado mostrar as origens da “cosmogonia revolucionária” de Díaz. Várias testemunhas tinham escutado a versão de Díaz de como seriam os eventos de Semana Santa. Entre elas o escravo do Sr. Albariño quem foi convidado por Díaz para participar da revolta. Quando o escravo escutasse os sinos da igreja para a sexta-feira santa deveria matar os seus senhores ainda na cama. Os reforços viriam dos índios, que chegariam milhares das províncias ao norte

³⁴ Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires. Real Audiencia. Autos criminales seguidos contra José Díaz Moreno reo de sugestiones pretendidas hacer y varias producciones en orden a una conspiración proyectada fomentar contra esta ciudad. 1795.

³⁵ Se refere às Trovas de Gonçalo Annes Bandarra quem nasceu em Trancoso, Portugal em 1500. Estas trovas de caráter messiânico foram censuradas em diferentes oportunidades, a última vez em 1768.

³⁶ As Vésperas Sicilianas foi o nome dado a uma revolta em 1282, da qual Prochita foi artífice, contra o reinado de Carlos I de Anjou na Sicília, que com o apoio do Papa Clemente IV, controlava a ilha desde 1266. Ante o sinal do toque de sinos da igreja os franceses foram pegos e degolados ainda na cama.

de Buenos Aires. Assim Saraiva explicava os três elementos que davam origem a versão de Díaz, de como seria a revolta contra os espanhóis: das Vésperas Sicilianas tinha tomado o tema da degola na cama dos opressores ao sinal do sino em Semana Santa; da revolta de Tupac Amaru, a aliança com os índios; e dos eventos do governo de Salcedo, a adesão negra e escrava.

Diz Noemí Goldman que os estudos que relacionam a difusão do conceito de Opinião Pública como novo princípio de legitimidade política à trajetória da crise do mundo atlântico colonial são relativamente novos.³⁷ Apesar de que não existisse uma opinião pública nos termos definidos por Goldman ligada a uma esfera pública no final do século XVIII, o caso estudado nos permite utilizar a definição de François-Xavier Guerra, “opinião pública como ‘esse tribunal imaterial’ ante o qual as ideias e os homens são chamados a comparecer”.³⁸ Os boatos e notícias que percorreram Buenos Aires durante 1794 e nos primeiros meses de 1795 não constituiriam “opinião” porque ainda expressavam, sobretudo, valores como os de fidelidade ao rei, ou à ordem monárquica, junto com a exaltação da pátria. Mas esses boatos vão constituindo esse tribunal imaterial, no qual todo mundo é juiz.

É de destacar que quando o vice-rei tomou providências contra a suposta conspiração em 1795, os boatos e os rumores se estendiam pela cidade já algum tempo. Supomos que José Díaz Moreno, que nunca tinha sido convidado a nenhum brinde pela liberdade, nem formava parte do círculo de relações dos que recebiam e comentavam as gazetas da Europa, homem de “extrema pobreza”, teve a ocasião para tecer sua versão de como seria essa revolta entre franceses e escravos. Na versão dele, os franceses tinham pouca importância, seria mais uma revolta de escravos, negros, mulatos e índios. Depois do qual se repartiriam os bens dos senhores, porque “tudo isto era dos índios”.

Em seu depoimento Díaz, ao qual foi aplicado por três vezes tormento de cordas, disse que fundou seus dizeres em velhos adágios: um seria o de que tudo pertenceu aos índios e a eles voltaria e o outro, também antigo, diz que Espanha será da França. Acreditou que esse tempo tinha chegado por causa das notícias vindas da Europa.

³⁷ GOLDMAN, Noemí, “Legitimidad y deliberación: el concepto de opinión pública en Iberoamérica, 1750-1850.” *Anuario de Historia de América Latina*, 45:221-243.

³⁸ GUERRA, François-Xavier. El escrito de la revolución y la revolución del escrito: información, propaganda y opinión en el mundo Hispánico (1808-1814). In: TERÁN, M.; SERRANO, J.A. (Ed.) *Las guerras de la independencia en la América Española*. Michoacán; El Colegio de Michoacán/Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo/CONACULTA-INAH, 2002, p. 125-148.

O adágio a que se refere Díaz diz:

El rei de Francia em campanha
 El de España en su retiro.
 La España será de Francia
 El tiempo doy por testigo.

Segundo o advogado, este adágio era antigo, sua origem podia estar nos eventos do século anterior, sobre os temores da menoridade de Carlos II e as rápidas conquistas de Luiz XIV. Curiosamente estes versos apareceram mesclados a outros por motivo da chegada de José de Napoleão a Sevilha e publicados no México no *Despertador Americano* o 27 de dezembro de 1810.³⁹ O que reforça a ideia de uma oralidade de muita permeabilidade que permitia uma e outra utilização.

A personalidade e “desacertos” de Díaz faz pensar a nosso erudito advogado que se tratava de uma versão americana do rústico francês Eón, que no século XII, tendo ouvido na igreja a frase “*per eum qui venturus est judicare vivos et mortos*”, achou que esse “eum” (Eón) se referia a ele e que seria ele quem tinha vindo a julgar vivos e mortos. Fez predica e obteve alguns seguidores. Finalmente foi interrogado no concílio de Reims em 1148 pelo próprio Papa que o tomou por pouco perigoso e “idiota”, mas o fez encarcerar, morrendo na prisão pouco depois. O advogado também o comparou com os Antônios, da Conspiração dos Antônios no reino do Chile acontecida em 1780-81. Antonio Gramusset e Antonio Berney, de nacionalidade francesa, eram instruídos, sagazes e com um plano bem orquestrado para fundar uma república. Não obstante, a Real Audiência do Chile não os julgou e emitiu-os em navio de registro para Cádiz. Em cambio, Díaz era um rústico fabulador de mais de 60 anos, jogado numa cela do cárcere, quase sem roupas e que tinha passado pelo suplício desnecessariamente, tentando que confessasse os cúmplices não existentes, e ainda sendo julgado por um tribunal que Saraiva achava cheio de erros de procedimento. Saraiva demonstrava na sua arguição grande conhecimento dos corpos legais mais frequentemente usados, a *Recopilación de leyes de Índias y Las Siete Partidas*, ademais de incluir uma série de referências externas a este corpus que evidência que contava ou tinha acesso a uma biblioteca respeitável para tanta citação oportuna. Ainda que sobre a Conspiração dos Antônios não houvesse nada escrito em 1795, a não ser algum manuscrito que ele

³⁹ ABARCA, Gerardo Gil; LINARES, Margarito Galicia ; ENRÍQUEZ, Rocío Alcántara. *La participación social en la independencia*. Los inicios: textos y testimonios. México: Gobierno del Estado de México, 2009. p. 91.

conservasse. Mariano Pérez Saraiva aparece entre os envolvidos nos eventos chilenos.⁴⁰ Notícia que provavelmente não tinha chegado a Buenos Aires.

A modo de conclusão

Díaz não era o único “imaginativo” em Buenos Aires. Todo mundo tinha sua versão da revolta. Álzaga tinha a sua, e na dele os sucessos haitianos eram predominantes, embora não mencionados com esse nome. Através do rol das perguntas e do interrogatório extremadamente argumentado ao estilo do antigo regime, onde o “inquisidor” faz afirmações e especulações constantemente sobre a “verdade oculta” nos depoimentos, é possível afirmar que ele acreditava que os franceses eram republicanos, antimonárquicos, abolicionistas e contrários a Espanha.

Os negros e os escravos também imaginaram como seria a revolta. Não cabe nestas páginas falar sobre este ponto de vista, mas cabe mencionar que, como todos eles comentavam os rumores, criavam boatos e mantinham-se expectantes esperando os dias da Semana Santa.

Os envolvidos no caso são muitos. Os franceses, os mais visados, mas não os únicos. Perto deles, por afinidade ideológica, estiveram o relojheiro Santiago Antonini, que ainda teria tempo para demonstrar seu “jacobinismo”, Juan Polívio e Manuel Sustaeta.

No início do artigo afirmamos, acompanhando David Armitage, que provavelmente o processo mais transcendental e também pior compreendido da história moderna seja a longa transição de um mundo integrado por Impérios a um mundo composto por Estados. Também dizemos que nos interessava analisar a perda de legitimidade do império espanhol diante da emergência de novas legitimidades. Acredito que a investigação realizada por Martín de Álzaga oferece um pouco de luz para entender a perda de legitimidade e o surgimento de outras. O depoimento de Díaz e os que as testemunhas deram sobre Díaz outorgam alguns indícios de argumentos de longa data: o da ilegitimidade do domínio espanhol sobre as índias *vis-à-vis* o da legitimidade indígena, como era exposto pelo jesuíta Juan Pablo Viscardo em sua *Carta a los Españoles Americanos* de 1792, embora não temos notícias de que fosse

⁴⁰ STOETZER, O. Carlos. *Las raíces escolásticas de la emancipación de la América Española*. Centro de Estudios Constitucionales, 1982. p. 249 e HANISCH ESPÍNDOLA Walter. *El catecismo político cristiano: las ideas y la época*, 1810. Andrés Bello, 1970. p. 147.

conhecida na América na época da suposta conspiração. Posteriormente, em 1809, o tema seria retomado por Bernardo de Monteagudo *Diálogo entre Atahualpa y Fernando VII en los campos Elíseos* e daqui em diante ficaria na “agenda” independentista.

A perda de legitimidade também era alimentada pelas leituras “furtivas” de homens que compartilhavam um sentimento em comum: o de que outras formas de organização social eram possíveis. Estes homens tinham em comum o fato de também praticarem algum ofício (padeiros, alfaiates, relojeiros, cabelereiros, comerciantes). Neste caso, aparece um elemento diferenciador para pensar a “comunidade de leitores” que é a tradução. Eles não só tiveram que traduzir porque os textos “revolucionários” estavam em francês, mas porque para grande parte dos envolvidos a língua materna era essa e queriam compartilhar a experiência francesa com seus companheiros americanos (fossem estes italianos, espanhóis ou outros).

A investigação de Álzaga ainda traz luz – em meio a tanta obscuridade que ele mesmo gerou - sobre as formas de sociabilidade no final da colônia. Brindes, livros e leituras estiveram no centro da sociabilização.

Para não deixar o leitor sem saber do destino dos infortunados processados, vale dizer que, apesar dos estrangeiros terem sido condenados a abandonar a América em navio de registro rumo a Espanha, a maioria pode ser encontrada nos recenseamentos posteriores.

Como comentário sobre a primeira epígrafe vale salientar que Álzaga usou e abusou do potro, das cordas e das puas de aço baixo as unhas dos processados. Isto explica em parte a felicidade do cidadão quase anônimo que festejou sua morte quando em 1812, nos prolegômenos da Independência, foi acusado e condenado por conspiração, fuzilado e exposto seu corpo para escarmento.